

DIREITOS E CONQUISTAS NA PRÁTICA DOCENTE: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL

Francisco Adriano Saraiva Maciel¹
Ana Patrícia Cavalcante de Queiroz²

RESUMO

Este trabalho buscou verificar a importância da formação continuada e formação complementar dos professores universitários, para isso, foram traçados os seguintes objetivos: de modo geral buscou verificar a importância da garantia da formação continuada dos professores; de modo específico, buscou-se averiguar: 1) o que garante as leis educacionais à título de formação dos professores universitários; 2) de que modo a formação continuada de professores pode contribuir com o ensino; 3) consultar quais são as políticas universitárias exigidas para a formação de professores nas universidades públicas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a composição dos resultados, e para tratativa dos dados utilizou-se a análise de conteúdo. Pode-se concluir que programas e garantias constitucionais foram formuladas para que a qualidade do ensino fosse garantida na integridade, Este trabalho verificou nos documentos revisados que é de suma importância a renovação das práticas pedagógicas, assim como os planos de formação continuada para os docentes universitários.

Palavras-chave: Formação continuada, ensino, práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A Educação no território brasileiro iniciou-se na década de 30, nesta época a sociedade passava pela revolução industrial e as cidades do Sudoeste começaram a concentrar um número considerável de pessoas à procura de emprego, com isso a necessidade de um capital humano qualificado para o mercado de trabalho, sendo que, a partir de então, surgirão as primeiras correntes da Educação de ensino superior (CACETE, 2014).

A carência de estudos voltados para o ensino superior para a formação de docentes, com destino às universidades, impactou bastante as pessoas, pois não havia, até então, formação nas áreas específicas das ciências para que se pudesse ensinar nas escolas secundárias pesquisas avançadas, como aconteceu na trajetória da formação dos primeiros professores (TEIXEIRA, 1989).

A partir do governo provisório de Vargas em (1930-1934) foi criado o Ministério da Educação e com ele o decreto 19.851 de 11 de abril de 1931 (Estatuto das Universidade

¹ Mestre do Curso de Ciências da Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD, adriano.fcrs@gmail.com;

² Doutoranda do Curso de Ciências da Educação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD, anapatriciacq@hotmail.com.

brasileiras) que protege e garante a formação de docentes de nível universitário, em que previa o sistema universitário oficial, salvaguardado pelo governo estadual e federal (CACETE, 2014).

Partindo desse pressuposto, este trabalho buscou verificar a importância da formação continuada e formação complementar dos professores universitários, uma vez que, dentro do corpo docente das universidades existem aqueles que são licenciados e bacharéis, portanto, é necessário que haja programas que forneçam esse tipo de formação, regidas por leis educacionais.

Para isso, foram traçados os seguintes objetivos, objetivo geral: Verificar a importância da garantia da formação continuada dos professores; de modo específico, buscou-se averiguar: 1) o que garante as leis educacionais à título de formação dos professores universitários, 2) de que modo a formação continuada de professores pode contribuir com o ensino, 3) consultar quais são as políticas universitária exigidas para a formação de professores nas universidades públicas.

A seguir serão apresentados os recursos metodológicos utilizados na construção deste trabalho.

METODOLOGIA

Visando atender os objetivos traçados neste artigo, esse trabalho classifica-se como estudo de natureza exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dado foi realizado uma pesquisa bibliográfica, na qual segundo Gil (2008) este tipo de pesquisa é utilizado com base em material já produzido, utiliza-se de modo particular de livros e artigos científicos. Por se tratar de uma pesquisa cujo objetivos são exploratórios fez-se, portanto, o uso dessa tipologia de estudo.

Desse modo, a análise dos dados foi baseada na análise de conteúdo dos materiais que fizeram parte da composição desta pesquisa, que segundo Bardin (1977, p.5) “A análise de discurso trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos.” As informações coletadas nas fontes tais como livros, artigos científicos, dissertações e teses sobre a temática em questão, tiveram um desdobramento e o reforço por diversos autores a fim de reforçar a importância do objeto de pesquisa e o atendimento da problemática em questão.

DESENVOLVIMENTO

Para iniciarmos na contextualização histórica e os processos que marcaram a educação no ensino superior, faz-se necessário mencionar a categoria imprescindível para a construção do saber nessa perspectiva, a definição de tempo. Segundo Maia (2010, p.137), “O tempo constitui-se um elemento constante no presente, deduzindo em todo seu movimento e dinâmica a partir de registros do passado encontrados pelas ciências e práticas cotidianas.”

Nas literaturas, encontramos diversas obras que relatam o processo histórico do ensino superior no Brasil que se destacaram no século passado, a seguir apresentaremos os oito acontecimentos marcantes na educação superior baseado nos estudos de Barreto (2017):

- 1951: originou-se o (CNPQ) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a CAPEPS - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que tem o papel de expandir os cursos de mestrados e doutorados.
- 1968: foi instituída a Lei 5.540/1968. Por meio desta lei ficou definido que apenas as instituições que ofertam cursos de pós-graduação e pratiquem as pesquisas científicas foram denominadas de universidades e que os professores universitários precisam atender tanto no ensino como na pesquisa.
- 1988: Por meio da constituição federal de 1988, decretou autonomia acadêmica, monetária e gerencial as universidades públicas.
- 1989: Foi aprovado na constituição do estado de São Paulo que 9,57% dos encargos do estado passaria a financiar a USP, Unesp e Unicamp.
- 1996: A (LDB) - Lei de Diretrizes e Bases buscou reforçar as universidades públicas, privadas ou com fins lucrativos, a contratação de professores com regime de trabalho integral e a cota de pelo menos um terço de seu corpo docente habilitados com pós-graduação.
- 1995 – 2002: Fortalecimento do (INEP) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
- 2003-2010: Durante esses anos o (PDE) Plano de Desenvolvimento da Educação, em específico a educação no ensino superior estabeleceu as diretrizes baseadas na expansão na oferta de cursos, garantindo a qualidade promovendo a inclusão de todos na educação.

- 2014-2024: Foi instituído o Plano Nacional De Educação (PNE) que tem como meta elevar a qualidade do ensino superior pela formação acadêmica, exigindo uma dimensão de 75% mestres e 35% doutores no seu corpo de professores

Considerando a realidade brasileira, em tese, nas universidades públicas os processos seletivos são bastante concorridos e complexos para o ingresso no universo acadêmico, além disso, as vagas ofertadas não são suficientes para atender a demanda da população, estes fatores dificulta o acesso para muitos alunos que almejam adentrar o ensino superior. Mediante essa realidade é que as universidades privadas, ou com fins lucrativos busca atender essa parcela descoberta pela carência de oportunidades na esfera pública (MORETTI, 2013).

Na esfera privada, o processo de chegada é flexibilizado uma vez que as instituições oferecem um maior número de vagas, mas o problema encontra-se no elevado valor que se paga nestes cursos. Para aliviar essa dicotomia o governo federal criou programas de incentivos estudantis, a título de exemplo, temos o (FIES) - Financiamento Estudantil e (PROUNI) - Programa Universidade Para Todos (MORETTI, 2013).

Sendo gratuito ou pago, os incentivos oferecidos através de bolsas e financiamentos fortalece as políticas públicas e demonstram foco na educação através de formas diferenciadas para todos os públicos, em especial àqueles que não podem arcar com o investimento no curso de graduação. Em síntese, o que preocupa é que essas políticas visam a expansão do ensino por meios estatísticos, o que implica em indagações sobre o princípio da qualidade do ensino conforme elenca o PDE (BARRETO, 2017).

É preciso considerar o fator qualidade dos cursos de ensino superior como elemento essencial para que aconteça a formação integral dos estudantes, implicando assim em chegada a patamares diferenciados e carreiras de sucesso. É por essa razão que a distinção na escolha de uma universidade bem mais privilegiadas com formatos tradicionais de ensino, com cursos de duração entre 4 e 5 anos, tendo como público os alunos de bairros mais centralizados dentre outras características que os torna socialmente melhor situados (ALMEIDA, 2012).

Segundo Silva (2014) existe na contemporaneidade, a ideia de que a universidade precisa se ajustar às necessidades da sociedade, mas sem abandonar a sua doutrina conservadora, a difusão de conhecimento cultural de seu povo. concomitantemente, a pressão de que o ensino precisa ser modelado conforme as exigências econômicas do mercado, transformando suas técnicas e administrativas em prol mercado. Assim sendo, reprimia-se aos poucos a formação intelectual, sobreposta ao processo educacional, implicando assim na marginalização da cultura humanista.

A contar de sua origem europeia sucedida nos séculos XII e XIII, a universidade pública sempre foi uma instituição aberta a todos, alicerçada no princípio da soberania que lhe concede autonomia, gerenciada por suas normas exclusivas, libertas de opressões econômicas e políticas, sendo um laboratório de construção e desenvolvimento de pesquisas e mentes pensantes autônomas, contrário ao que propõe o projeto de reorganização da universidade que almeja transformá-la em uma entidade administrada, desvinculando a concepção de autonomia, com isso ela se tornaria unicamente uma gerência de receitas e despesas, que sob a razão do capital, tais mudanças converte tudo em mercadoria, inclusive a produção do saber (SILVA, 2014).

O ensino superior no Brasil aparenta estar em meio a fogo cruzado, submisso a influências de outras organizações estrangeiras, coerções políticas e sobretudo a passagem de um sistema universitário independente para um sistema de massas, que objetiva o atendimento de novas demandas diversificadas. O ingresso de um elevado índice da população na educação superior requer que os instrumentos de seleção sejam readaptados as necessidades atuais, com o intuito de confirmar o acesso como uma garantia e não mais como uma vantagem de classe (SILVA, 2014).

Ainda sobre o espaço educativo, é essencial verificarmos dois olhares, o primeiro emergencial, de perto e curto alcance, um olhar que nos auxilia na resolução dos problemas rotineiros que provoca em nós o encadeamento e não nos permitem visualizar a realidade vindoura. Esse olhar de pouco alcance nos ajuda no segundo olhar, isto é, um olhar mais aprofundado. Praticar essa dinâmica de ampliação significa mergulhar a fundo, mesmo que arriscado ou surreal, pois, tal exercício nos auxiliará na avaliação de como foi a nossa educação no passado, o que foi implementado de novo no presente, o que devemos planejar para o futuro (IMBERNÓN, 2010).

A educação nos favorece a igualdade de possibilidades e a imparcialidade, ao contrário disso, ela seria um critério de seleção para a exclusão de muitos. Primeiramente, devemos considerar a singularidade de cada indivíduo no meio social, independente de classe social, supostamente, o que marca as pessoas são as diferenças e as experiências de vida, e a forma que cada um tem de perceber o mundo a sua volta e ser capaz de reconhecer que a sua diferença é capaz de buscar o engrandecimento educacional. É necessário incluir as diversidades nas IES como pluralidades de vivências capazes de transformar o ambiente educacional em um acervo de experiências vivas que faz parte da estrutura interna da instituição e do aprendizado (IMBERNÓN, 2010).

A Constituição Federal de 1988 foi o marco da autonomia das universidades, estabelecendo uma união entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo a gratuidade das universidades, concurso público e regime jurídico. Anterior a isso, no início do ano 1960, foi criado a Lei das Diretrizes e Bases Educacionais cuja finalidade é a Educação, do direito à Educação, da liberdade do ensino, da administração do ensino e dos sistemas de ensino, que expressavam as diretrizes da Educação nacional, com isso não era mais necessário ter obrigatoriamente o curso de filosofia para a criação de uma nova universidade (SAVIANI, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito à educação no Brasil, é garantido no Art. 6º da Constituição Federal de 1988 junto ao rol de direitos fundamentais, enfatiza que a educação é um direito social pela qual se dignifica a pessoa humana, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho“ (ART. 205 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Nos termos da Lei das Diretrizes e Bases da Educação em seu Art. 3º O ensino será ministrado com base em alguns princípios – i) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; ii) – pluralismo de ideais e de concepções pedagógicas; iii) – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; iv) gratuidade do ensino; v) garantia de padrão de qualidade; e vi) – valorização da experiência extraescolar.

Preparar e continuar os alunos são atributos do professor, como também promover debates sobre os valores éticos e humanos para que possam compreender melhor a sociedade que vivem. Nesse sentido, o acesso à educação superior evoluiu significativamente nos últimos tempos, uma vez que a ampliação no segmento de instituições privadas é beneficiada por incentivos federais, como é o caso do PROUNI que oferece bolsas integrais de estudo em IES privadas. Com isso, a formação profissional tem sido o foco destas instituições, por outro lado a pesquisa fica esquecida (BELLETATI, 2011).

A prática da docência requer condições adversas de trabalho, pois trata-se de um amplo espaço de diversificação,

“Diferenças de toda ordem, dependendo do tipo de universidade, do regime de trabalho e vínculo do professor com a universidade, faculdade ou instituto. Há diferenças abissais nas condições de trabalho, na qualificação dos professores, nas origens sociais dos docentes, na participação em órgãos de classe e nas práticas que desenvolvem no ensino, na pesquisa e na extensão” (Mancebo, 2004, P. 248).

As exigências de qualificação do corpo docente dependem do enquadramento da instituição, quanto ao regime de trabalho se classificam em: tempo integral, tempo parcial e horista. O professor de tempo parcial representa um baixo percentual em todas as instituições de ensino, seja ela pública ou privada, o que prevalece é o regime especial horista, a dedicação de tempo integral requer do docente a prática de três aspectos educacionais: ensino, pesquisa e extensão; que compõem o (PPP) Projeto Político-Pedagógico Institucional; a efetivação do docente em formato de horista é concentrado apenas em horas de aulas na graduação, geralmente os professores desse grupo trabalham em diversas instituições a fim de obter uma renda padrão, vale salientar que ensinar requer tempo e dedicação em atividades extra sala o que pode ser uma barreira enfrentada pelos horista (BELLETATI, 2011).

Diante dos estudos que envolvem o ensino superior, sua contextualização e políticas, esbarramos na temática sobre a pedagogia universitária. Para melhor esclarecimento traremos a definição desse termo segundo Torres (2014, p.23) “a pedagogia universitária remete para a instituição de ensino e não apenas ao conteúdo educacional - ensino “. Existe ainda a concepção contraditória de que essa pedagogia é focada apenas no ensino desconsiderando a figura da instituição como elemento constituinte.

Por ser um terreno fértil e pouco explorado, a pedagogia universitária embora tenha se amplificado nos últimos tempos, ainda é perceptível a contradição da sua função. Portanto, conforme apontado por Belletati (2011) esse campo plurívoco de elaboração do conhecimento pedagógicos exige estudos aprofundados sobre a docência no ensino superior considerando a condição individual de cada instituição apreciando as vivências no mundo acadêmico. Entretanto, se faz importante verificar as relações institucionais para a formação de professores do ensino superior.

A formação necessária para o docente no campo do ensino superior dar-se pelas políticas institucionais que devem garantir a qualidade do trabalho educacional, para que haja uma sintonia nesse processo de formação é indispensável o conhecimento de ensino de graduação, que se caracteriza pela pesquisa e extensão. tomando o conhecimento como insumo no processo de produção de novos conhecimentos e a conquista de novos caminhos. A autora afirma ainda que o investimento no ensino superior emerge como papel do docente, mas sem desconsiderar a esfera da pesquisa e extensão acadêmica, uma vez que a ampliação das funções do professor, em alguns casos, está relacionado a posse de cargos administrativos de nível estratégico dentro da universidade, como direção e coordenação, que exige do professor além de conhecimentos do ensino, pesquisa e extensão, da mesma forma ele terá

que buscar uma formação a nível administrativo para liderar as demandas institucionais (TORRES, 2014).

Desse modo, é importante analisar as configurações do trabalho na docência, nesta perspectiva é que a teórica Belletati (2011) comenta que os professores universitários que assumem funções administrativas, normalmente, em setores que atuam juntamente com o curso de graduação. De modo geral, a autora destaca a atuação do docente como forma pessoal e individual, a começar pela produção de aulas e responsabilidade pelo ensino. Acontece que os frutos obtidos no ensino de graduação não são explorados pelo curso, não se faz acerto de contas, nem relatórios como geralmente ocorre na realidade de pesquisas acadêmicas, que é um fator de preocupação institucional.

Retomando a concepção de formação do professor, Torres (2014) comenta que esse investimento na formação do docente é revertido para as instituições por meio dos saberes e na troca de experiência na relação professor - aluno, uma vez que esse processo de reconhecimento é essencial para o desenvolver das adversidades enfrentadas no ambiente de ensino superior. Com isso, pode-se perceber que a formação continuada é uma tendência que está a cada dia mais ligada aos atributos do professor.

Os cursos de formação de professores hoje em dia precisam de oferecer uma qualificação profissional sob as perspectivas pedagógicas, psicológicas e principalmente tecnológicas, mostrando novos caminhos para que valorizem essas ferramentas e sua aplicabilidade na educação. É inevitável não pensar na implementação de uma pedagogia moderna que busque uma reflexão crítica e compartilhada, contribuindo para a formação de estudantes críticos diante da enxurrada de informações, que ao serem tratadas consolidam no aprendizado de todos (Parente, Vale & Mattos, 2015).

É necessário que haja mudanças nas práticas pedagógicas no ensino superior, adotando uma postura mais criativa e tentadora, para o domínio de uma tecnologia capaz de colocar o conhecimento teórico em prática de várias formas, pois um novo tempo é chegado, como o ensino de educação à distância; dentre outras modalidades de ensino que favorecem a acessibilidade ao ensino superior (Parente, Vale & Mattos, 2015).

A Educação à Distância (EaD) já se encontra presente na educação brasileira e por isso surge a necessidade de formação específica para os professores dessa modalidade de ensino, uma vez que a (LDB) prevê que pra atuarem no Ensino a Distância, os professores devem ter uma capacitação em recursos tecnológicos (Torres, 2014).

Neste cenário de oferta de cursos de graduação ou pós graduação na modalidade EaD surgiu a necessidade de uma formação específica do corpo docente para o ambiente virtual de

aprendizagem, contudo, ainda os currículos tradicionais e não abrangentes do uso da tecnologia na educação, assim sendo, a formação desses professores garantirá o crescimento das atividades em plataformas digitais e semipresenciais, estabelecidas pelas IES como uma nova estratégia de aprendizado, a fim de minimizar as despesas e também oferecer novas opções de ensino aos estudantes (Machado e Moraes, 2015).

Pode-se destacar neste estudo que o perfil do professor de ensino superior é heterogêneo, uma vez que, alguns produzem ciência, outros valorizam a vivência de sala de aula, e o conhecimento, sendo necessário a ligação entre esses fatores para o desenvolvimento da prática docente. Conforme apontado por Barbosa (2006) os nove atributos para o exercício da prática do ensino superior: 1) boa capacidade de comunicação; 2) atitudes oportuna para com os estudantes; 3) domínio do conteúdo; 4) organização lógica dos conteúdos curriculares; 5) motivação com a disciplina que leciona; 6) justiça nas avaliações; 7) inovador; 8) incitar o pensamento dos estudantes e 9) capacidade de meditação. Essas variáveis dizem respeito exclusivamente a intervenção do professor em sala de aula.

Os requisitos para a docência no ensino superior além dos que já foram mencionados, consideram-se: a) ações em prol do conhecimento; b) a participação em cursos como forma de *upgrades* na sua habilitação acadêmica; c) participação em congressos; d) escrita de artigos científicos e na vertente pedagógica. São ainda elencadas mais quatro temáticas que integram a prática do ensino superior: a correlação entre ensino-aprendizagem, a fecundação e gerência do currículo, compreensão das relações professor e aluno e entre os próprios alunos, e por último a tecnologia no ambiente de aprendizado (BARBOSA, 2006).

Além da formação específica na sua área de atuação, o professor necessita de transmitir conhecimentos humanísticos, éticos e comportamentais a fim de compreender a importância do professor para a formação do comunicador. Conforme Carvalho (2013) na maioria das IES, os requisitos básicos de contratação de professores é o domínio do conteúdo específico, desconsiderando fatores como a didática, e os procedimentos metodológicos para a aplicação da ementa e consequentemente mensuração do aprendizado dos estudantes.

Na educação de ensino superior é necessário destacar que o professor é o elemento constituinte das partes integrantes do PPI - Projeto Pedagógico Institucional que é desenvolvido sob duas perspectivas: a responsabilidade do docente em colaborar com a formação acadêmica e profissional, distorcendo a ideia uma de regente de unidade curricular; e a outra vertente que busca aprofundar os estudos do conhecimento do perfil dos estudantes que a instituição propõe com os objetivos individuais almejados pelos mesmos (CARVALHO, 2013).

A prática pedagógica busca nortear os indivíduos conforme a consciência humana que lhe oportuniza uma visão de mundo, com isso, a relação entre o conhecimento e os métodos de aprendizado classificam essa demarcação por duas visões: a inicial, que refere-se a pedagógica autêntica, repetitiva ou imitadora que resulta na visão dividida, separando a teoria da prática e levando os professores à utilização de métodos repetitivos e predeterminados; quanto na segunda, ocorre uma aplicação de pedagógica pensativa, criativa e moderna, a qual defende a inseparabilidade entre a teoria e prática e proporciona o desenvolver de novas práticas modifique a própria sociedade (CARVALHO, 2013).

Segundo a visão de alguns estudiosos, as dificuldades encontradas na prática do ensino nos cursos de graduação são justamente as múltiplas linguagens utilizadas pelos alunos devido às influências externas, ou do ensino anterior ao superior. Para reforçar esse pensamento, Carvalho (2013) enfatiza que a técnica de memorização dos conteúdos, princípio da educação anacrônica, não pode ser utilizada nas práticas do ensino contemporâneo. Dessa forma, acredita-se que limitar o ensino a sala de aula em plena era da comunicação tecnológica seja prejudicial ao aprendizado, uma vez que a educação está contida em diversos lugares.

O ensino conservador é por sua vez firmado nos pilares da repetição e de imitação de práticas retrógradas, fazendo com que as dificuldades de aprendizagem na contemporaneidade enfrentadas pelos alunos sejam difíceis de resolução, pois é de grande valia o papel do professor na utilização de ferramentas e métodos que promovam nos estudantes a construção social do conhecimento alimentado por práticas inovadoras e dinâmica. Assim sendo, Zabalza (2004, p. 156) considera que “o importante não é que se fale ou explique bem os conteúdos: o importante é como eles são entendidos, organizados, e integrados em conjunto significativo de conhecimento e habilidades novas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o ensino superior é fruto de uma grande conquista, ainda recente em contextos históricos brasileiros, no entanto, as diversas formas de ingresso dos estudantes nas universidades faz com que, naturalmente haja uma busca continua de aperfeiçoamento por parte dos professores. Programas e garantias constitucionais foram formuladas para que a qualidade do ensino fosse garantida. Este trabalho verificou nos documentos revisados que é de suma importância a renovação das práticas pedagógicas, assim como os planos de formação continuada.

À títulos de trabalhos futuros, sugere-se por parte dos pesquisadores que haja uma aplicação de pesquisa de campo nas universidades para consultar como acontece o processo na prática docente, podendo ser categorizado a análise por áreas do conhecimentos, cursos, *campus* universitário e etc.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. M. DE. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo. (Tese de doutorado).** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil. 2012. Disponível em doi:10.11606/T.8.2012.tde-11122012-103750.

BARBOSA, M. A. G. DE. **Comunicação social a professor de comunicação: a construção dos saberes docentes (Dissertação de mestrado).** Universidade Federal de Pernambuco. Recife. Brasil. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4520>.

BARDIN L. **Análise de conteúdo.** Lisboa. Edições 70, 1977.

BARRETO, L. F. B. P. DE M. **Análise de políticas públicas para educação superior no Brasil: uma aplicação de dinâmica de sistemas (Tese de doutorado) -** Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. 2017, Disponível em: doi:10.11606/T.12.2017.tde-29062017-111024.

BELLETATI, V. C. F. **Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública: alguns indicadores para reflexões sobre a docência universitária. (Tese de doutorado).** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. SP. Brasil. 2011. Disponível em: doi:10.11606/T.48.2011.tde-04082011-115006.

CACETE, N. H. **Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária.** Educação e Pesquisa, 40(4), 1061-1076. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n4/aop1109.pdf>>

CARVALHO, A. F. DE. **Educação e Imagens na Sociedade do Espetáculo: as pedagogias culturais em questão.** Educação & Realidade. 38(2), 587-602. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n2/v38n2a14.pdf>.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

IMBERNÓN, F. **A educação no século XXI. Porto Alegre:** Artmed. 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536317434/>.

MACHADO, P. D., & MORAES, S. M. G. D. **Educação a distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino e aprendizagem.** São Paulo.2015. Érica. Recuperado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522210/>.

MAIA, G. B. P. **Peculiaridades da pesquisa histórica: sobre a história, o tempo e a periodização.** In: J. G. Vasconcelos. História da educação: nas trilhas da pesquisa. (pp. 134-142). Fortaleza: Edições UFC. 2010.

MANCEBO, D. **Uma análise da produção escrita sobre o trabalho docente em tempos de globalização.** In: D. Mancebo, & M. L. de A. Fávero (orgs). Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente. (pp. 235-250). São Paulo: Cortez. 2004.

MORETTI, D. M. A. **Compatibilidade entre a lógica econômica e o ensino superior, após a Constituição Federal de 1988: o caso da Anhanguera Educacional Participações S.A. (Dissertação de mestrado).** Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo. SP. Brasil. 2013. Disponível em: [10.11606/D.2.2016.tde-01092016-150021](https://repositorio.usp.br/handle/11363-4/11092016-150021).

PARENTE, C. DA M. D., VALLE, L. E. L. R. DO, MATTOS, M. J. V. M. DE. (Orgs.). **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas.** Porto Alegre: Penso. 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290130/>.

RANGEL, S. S. **Educação Superior: o papel da união e a garantia de qualidade do ensino (Tese de doutorado).** Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil. 2012 Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-27082013-140307/publico/Versao_Completa_Tese_Susana_Salum_Rangel.pdf.

SAVIANI, D. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades.** Poesias Pedagógica, 8(2), 4-17. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>.

SILVA, Y. F. DE O. E. **Universidade e desenvolvimento local: o caso da universidade estadual de Goiás. (Tese de doutorado).** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil. 2014. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pped/dissertacoes_e_teses/YARA_FONSECA_DE_OLIVEIRA_E_SILVA.pdf

TEIXEIRA, A. S. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1989.

TROPARDI, L. DE J. **A responsabilidade civil e o ensino superior privado (Dissertação de mestrado).** Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil. 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-01082011-154136/publico/Trabalho_Mestrado_jan_10.pdf

TORRES, A. R. **A Pedagogia Universitária e suas relações com as políticas institucionais para a formação de professores da Educação Superior. (Tese de doutorado).** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. 2014.

ZABALZA, M. A. **Formação do Docente Universitário: seu cenário e seus protagonistas.** Porto Alegre, Artmed. 2004.